

The top half of the image features a blurred, vertical view of a forest with green and yellowish-green tones, suggesting sunlight filtering through the trees.

Medidas e Acções
de **Apoio à Floresta**
no Concelho da **Sertã**

→ A gestão florestal

permite integrar a floresta no círculo virtuoso do desenvolvimento economicamente eficaz, socialmente equitativo e ecologicamente equilibrado.

A Sertã iniciou esse caminho de desenvolvimento sustentável ao elaborar um conjunto integrado de medidas e acções de apoio à floresta.

Medidas e Acções de Apoio à Floresta
no Concelho da Sertã

Sertã, Janeiro de 2004

Medidas e Acções
de **Apoio à Floresta**
no Concelho da **Sertã**

2004

→ índice

	Apresentação.....	07
01	Introdução	09
02	Gestão sustentável da floresta	17
03	Educação Ambiental para a Floresta.....	30
04	Conclusões	37
	Anexo.....	49
	Nota.....	63

Apresentação

Medidas e Acções de Apoio à Floresta no Concelho da Sertã é uma síntese do trabalho apresentado em Julho de 2003, visando uma primeira aproximação à gestão sustentável da floresta numa iniciativa da Câmara Municipal.

No quadro amplo das atribuições e competências que estão cometidas às autarquias locais, a área da gestão florestal não é susceptível de actuação directa por parte do Município. De facto, é sobretudo por via do planeamento e ordenamento territoriais que as câmaras municipais podem intervir na floresta. Razão pela qual, as autarquias se têm empenhado, a maior parte das vezes, na motivação de associações e proprietários para a gestão florestal, não intervindo directamente enquanto agentes.

No Concelho da Sertã a floresta é, pela sua dimensão e características, um inequívoco e relevante recurso do desenvolvimento sustentável. Consciente deste facto e assumindo a função de agente e plataforma mobilizadora dos recursos de desenvolvimento a nível concelhio, a Câmara Municipal da Sertã posicionou-se como parceiro activo da gestão da floresta, visando novo fôlego e novos rumos, com o envolvimento e a participação de todos.

José Paulo Farinha
Presidente da Câmara Municipal da Sertã

01 | Introdução

1. Nas últimas décadas a humanidade foi tomando consciência de que a concepção de progresso e desenvolvimento baseada no mero crescimento económico não tinha em conta aspectos fundamentais tanto para a nossa sobrevivência, como para a nossa qualidade de vida. O século XX foi testemunha duma evolução tecnológica sem precedentes na história e, simultaneamente, das consequências ambientais dessa evolução: o “buraco” na camada de ozono, o efeito estufa, o desaparecimento de espécies, a poluição do ar e da água, a desertificação...

A realidade mostrou-nos que o nosso ecossistema é frágil e pode ser destruído e, com ele, a nossa possibilidade de vida. O que significa que não se pode pensar o desenvolvimento sem protecção e qualidade ambiental.

Por outro lado, o nível de vida não basta como indicador da qualidade de vida das pessoas. É certo que a capacidade de suprir as próprias necessidades é fundamental para a realização do ser humano. Mas não podemos esquecer a importância das condições de vida, concretizadas no acesso às infra-estruturas e aos serviços sociais, educativos e de saúde, como não podemos deixar de ter em conta o bem-estar traduzido em níveis de satisfação e, em consequência, de criatividade e predisposição para a produtividade e o bem comum.

O desenvolvimento não se identifica, mais, com o crescimento económico ainda que seja desejável que ambas as realidades caminhem a par. A ênfase do desenvolvimento é “uma melhoria qualitativa no bem-estar humano” ou “o desabrochar de todo o potencial humano”, tendo em conta a preservação da natureza.

O desenvolvimento sustentável concilia a ecologia, a economia e o aspecto social, estabelecendo um círculo virtuoso entre esses três pólos: trata-se de um desenvolvimento economicamente eficaz, socialmente equitativo e ecologicamente equilibrado. Respeita os recursos naturais e os ecossistemas, suporte da vida na Terra, que garantem a eficácia económica, sem perder de vista as finalidades sociais do desenvolvimento: a luta contra a pobreza, contra as desigualdades e contra a exclusão, bem como níveis crescentes de satisfação das pessoas na comunidade a que pertencem.

Uma comunidade sustentável é, pois, aquela em que os sistemas económicos, sociais e ambientais que a fundam possibilitam uma vida saudável, produtiva e com sentido para todos os seus residentes, presentes e futuros. As comunidades sustentáveis são conscientes de que existem limites para os sistemas naturais, sociais e construídos dos quais dependemos.

O desenvolvimento sustentável implica necessariamente uma abertura do nosso horizonte temporal para o longo prazo, o das gerações futuras, bem como do nosso horizonte espacial, tendo em conta o bem-estar de cada ser humano, na medida em que já não nos podemos conceber apenas individual ou localmente.

A comunidade sustentável:

- reconhece que o crescimento opera dentro de limites e tem como limite último a capacidade de suporte do ambiente;
- valoriza a diversidade cultural;
- respeita outras formas de vida e apoia a biodiversidade;

- tem valores partilhados pelos membros da comunidade, difundidos por uma educação para a sustentabilidade;
- opta por processos de decisão que incluam preocupações ecológicas, integrando critérios ambientais em todos os processos de decisão de natureza pública ou privada;
- planeia e toma decisões de maneira equilibrada, aberta e flexível, incluindo perspectivas dos sectores social, económico e ambiental da comunidade;
- utiliza da melhor maneira os esforços e os recursos locais;
- utiliza fontes de energia renováveis e seguras;
- minimiza os estragos feitos ao ambiente;
- promove actividades que usem materiais em círculos contínuos.

E, em consequência, uma comunidade sustentável não compromete a sustentabilidade de outras comunidades (perspectiva geográfica) e não compromete com as suas actividades a sustentabilidade das futuras gerações (perspectiva temporal).

A construção de comunidades sustentáveis implica a participação de todos os elementos da sociedade nos processos de decisão. As autoridades locais podem ajudar as suas comunidades a serem mais sustentáveis, mas não o podem fazer sem a participação da comunidade local. De facto, a sustentabilidade tem de ser orientada pela comunidade e baseada num consenso, porque a questão central é a decisão, não a experiência. Só um processo baseado na comunidade pode ultrapassar as barreiras políticas, burocráticas e psicológicas à mudança. Contudo, um processo conduzido pelos cidadãos tem de ser apoiado por políticas públicas, indispensáveis para assegurar a transição para um desenvolvimento sustentável.

Assim, o desenvolvimento sustentável supõe uma forma de governar, na qual a mobilização e a participação de todos nos processos de decisão devem substituir a simples troca de informação.

De facto, o desenvolvimento sustentável assenta numa ligação intrínseca com a população, em vários níveis:

- a economia e a sociedade dependem, em última análise, da integridade da biosfera e dos processos ecológicos que nela se desenvolvem;
- a conservação da natureza requer a colaboração de todos, implicando assim toda a população;
- é impossível conseguir um ambiente saudável onde a população decresce por emigração e envelhecimento, pois a ausência de pessoas tem como consequência o abandono do meio, o despovoamento e a desertificação.

Tendo especialmente em conta o último aspecto, compreende-se que para alcançar um nível de desenvolvimento sustentável, é necessário no mínimo estagnar a diminuição populacional, criando alternativas para as pessoas.

2. A gestão florestal sustentável foi assumida como princípio fundamental na Cimeira do Rio, em 1992, tendo por base o entendimento de que a conjugação da gestão e conservação é um instrumento fundamental do desenvolvimento sustentável. Neste enquadramento, previu-se o apoio a todos os tipos de floresta, zonas florestais e zonas arborizadas, por via:

- da recuperação das áreas degradadas, reabilitando as florestas, florestando-as e reflorestando-as, bem como diversificando as espécies em cada zona;
- da utilização eficaz, acompanhada de avaliação, de modo a obter o pleno valor dos bens e serviços proporcionados pela floresta;

→ do reforço das capacidades de planeamento, avaliação e observação.

Nesta perspectiva, a questão fundamental reside em conciliar na gestão da floresta dois tempos distintos: o tempo da reprodução da população das árvores e o tempo mais curto, e por vezes apressado, da exploração para satisfação das necessidades imediatas.

A gestão florestal implica a diversificação do uso da floresta, cumprindo a sua vocação para a multifuncionalidade:

→ produtora de matérias-primas - madeira, resina, essências, cortiça, cogumelos, bagas, sendo essencial a diversificação das pequenas indústrias ligadas a estes produtos, como por exemplo desenvolvendo empresas dedicadas a brinquedos de madeira...

→ elemento essencial ao equilíbrio do ambiente - a biodiversidade, a protecção da água e do solo e a absorção dos óxidos de carbono...

→ local de recreação e lazer - os passeios, a caça e a pesca, o turismo ecológico...

2.1. A gestão florestal no Município da Sertã visa promover o desenvolvimento sustentável local e regional, na dupla vertente da qualidade e protecção do ambiente e da criação de níveis e condições de vida que tornem viável as pessoas continuarem a viver no concelho.

A floresta da Sertã tem registado, genericamente, o impacte de diversos fenómenos, nomeadamente da nova orientação da Política Agrícola Comum, do aumento significativo da superfície das áreas protegidas, da implementação de mecanismos de certificação. Estes fenómenos mais recentes coexistem com os problemas que tradicionalmente afectam este recurso: incêndios florestais, avanço do processo de desertificação, ausência de ordenamento e de planos de gestão, abandono de práticas silvícolas...

Todavia,

- a floresta, com as suas múltiplas funções, é um recurso estratégico do concelho da Sertã e um dos pilares principais da política de desenvolvimento rural, especificamente no que respeita à sua contribuição para a criação de emprego e rendimentos e ao seu valor ecológico e social;
- a floresta e a sua diversidade integram intervenções específicas como as estratégias europeias da biodiversidade e das alterações climáticas.

Neste enquadramento, a protecção, conservação e regeneração da floresta, como recurso que importa valorizar, exige cada vez mais uma gestão adequada, orientada para objectivos ecológicos, económicos e sociais, inseridos numa lógica de desenvolvimento sustentável do Concelho que privilegie:

- a valorização dos recursos endógenos e optimização do conjunto de processos produtivos;
- a melhoria da qualificação profissional da população e fomento da sua inserção no mercado de trabalho;
- o aumento da competitividade das actividades económicas tradicionais;
- o desenvolvimento de novas actividades.

2.2. O sector florestal no Concelho da Sertã apresenta múltiplas oportunidades de desenvolvimento de projectos inovadores e sustentáveis na área da valorização dos povoamentos, da implementação da qualidade dos produtos, da optimização tecnológica e experimentação de sistemas respeitadores do ambiente, da protecção do património florestal e da reconversão energética.

A capacidade para conservar a população mais jovem e até atrair emigrantes, contrariando assim a curva descendente de habitantes, passa

por isso pelo desenvolvimento sustentável da fileira da floresta, criando não só emprego, mas proporcionando também um marco para a inovação e a criatividade.

O plano de gestão florestal para a Sertã propõe tornar a floresta habitável, tanto por aqueles que vivem dos seus recursos, como pelos que nela encontram recreação e espaços de lazer ou o apelo ao turismo florestal. E uma floresta com actividades está automaticamente mais vigiada e menos sujeita a riscos de incêndio.

→ Medidas e Acções de Apoio à Floresta no Concelho da Sertã

No século 21, o sector florestal europeu, no respeito pelas funções sociais, ambientais e culturais das florestas, irá otimizar o seu contributo para o desenvolvimento sustentável da sociedade, nomeadamente o desenvolvimento das zonas rurais, o fornecimento de recursos renováveis e a protecção do ambiente global e local.

A sociedade, ao compreender os múltiplos papéis das florestas e ao reconhecer a importância da conservação e da gestão sustentável das florestas, irá apoiar um sólido desenvolvimento do sector florestal, proporcionando quadros regulamentares, institucionais, económicos e sociais conducentes à prática de uma gestão florestal sustentável, tomando decisões informadas sobre a melhor utilização possível dos produtos e serviços florestais lenhosos e não lenhosos e reduzindo as tensões existentes sobre a saúde e a vitalidade das florestas.

Dinamizar-se-á uma parceria eficaz entre a sociedade e o sector florestal, reconhecendo o papel das florestas como recurso renovável essencial, a responsabilidade dos proprietários das florestas na sua gestão sustentável e a responsabilidade da Europa em demonstrar a integração de todas as funções florestais e o uso de produtos e serviços florestais lenhosos e não lenhosos.

Terceira Conferência Ministerial sobre a Protecção das Florestas na Europa, Lisboa, 2 a 4 de Junho de 1998.